



Dentistas estão a aumentar e bastonário alerta para falta de emprego

A Ordem dos Médicos Dentistas (OMD) revelou Segunda-feira que o número destes profissionais aumentou 5%, só no ano passado, alertando que este crescimento anual, “muito superior às necessidades”, acarreta subemprego, emigração e perda de qualidade dos serviços prestados.

O número de médicos dentistas em atividade na OMD aumentou no ano passado para 8.543, mais 396 do que em 2013, uma subida anual de 4,9% que mantém a tendência de crescimento dos últimos anos, revela a Ordem, avançando que as estimativas apontam para que o número de membros ativos continue a crescer e ultrapasse os dez mil já em 2018.

Orlando Monteiro da Silva, bastonário da OMD, vê com “preocupação” este aumento, “muito superior às necessidades do país, que coloca Portugal entre os países da Europa com menor rácio de habitantes por médico dentista”.

Este ano, Portugal vai atingir um rácio de um médico dentista para 1.155 habitantes, quando a recomendação da Organização Mundial de Saúde é de um por 2 mil habitantes, sendo que as estimativas apontam para que, daqui a três anos, haja um profissional por 937 habitantes.

Este número é também consequência do número de faculdades existentes no país, que o bastonário considera ser um “exagero, quase tantas como em Inglaterra”, país com mais de 50 milhões de habitantes.

Atualmente existem mais de três mil alunos inscritos nas sete faculdades que leccionam cursos de medicina dentária.

Este excesso de médicos dentistas cria “situações graves de subemprego, de emigração e de falta de qualidade, como é visível em serviços com ‘low cost’, promoções, mecanismos de mercado adaptados a promoções de supermercado, mas que, na área da saúde, são inadmissíveis”, alerta.

Este rácio é “ainda mais dramático”, porque “o que é recomendado para a Europa Ocidental leva em linha de conta que há formas de atendimento público que possibilitam que a generalidade da população tenha acesso à saúde oral, o que não acontece aqui”, disse Orlando Monteiro.

Ou seja, grande parte da população não tem acesso a cuidados de saúde oral no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), contrariamente à maioria dos países europeus, onde há convenções entre o Estado e os consultórios privados ou assistência no âmbito dos serviços públicos de saúde.